



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.575, DE 2023

(Do Sr. Lula da Fonte)

Torna obrigatória a oferta de, pelo menos, duas merendas escolares por turno aos alunos da educação básica e pública, sendo a Segunda Merenda à conta da despesa obrigatória prevista no art. 212 da Constituição Federal.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-4265/2021.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Lula da Fonte

PROJETO DE LEI n.º , DE 2023.

(Do Senhor Lula da Fonte)

Torna obrigatória a oferta de, pelo menos, duas merendas escolares por turno aos alunos da educação básica e pública, sendo a Segunda Merenda à conta da despesa obrigatória prevista no art. 212 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A presente Lei tem o objetivo de tornar obrigatória a oferta de, no mínimo, duas refeições escolares por turno aos alunos da educação básica e pública.

Art. 2º. A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“Art.

3º

§ 1º. É obrigatória a oferta de alimentação escolar ao menos duas vezes por turno aos alunos da educação básica e pública, da seguinte forma:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Lula da Fonte

I - Primeira Merenda, servida quando o aluno chega à escola, antes das aulas;

II - Segunda Merenda, servida durante o recreio.

§2º. As despesas com a oferta Segunda Merenda, prevista no § 1º, serão custeadas com os recursos previstos no art. 212 da Constituição Federal.” (NR)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua aprovação.

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei propõe que os alunos das escolas públicas tenham, ao menos, duas merendas diariamente e que as despesas com a alimentação da Segunda Merenda, cuja oferta já é obrigatória, sejam custeadas com a aplicação obrigatória das dotações na educação, conforme previsto no art. 212 da Constituição Federal.

Nossa proposta é que a Primeira Merenda escolar seja servida assim que o aluno chegar à escola, antes do início das aulas, e a Segunda durante o recreio.

Os alunos de todos os turnos devem receber essa alimentação antes das aulas se iniciarem, como medida nutricional para melhorar o seu rendimento escolar, a sua capacidade de raciocínio e a absorção dos conhecimentos passados em sala de aula.

Segundo informações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o PNAE, popularmente conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo mencionado órgão e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Lula da Fonte

alunos. É considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado.


Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais.

A merenda escolar tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Nossa proposta visa garantir que os nossos alunos da rede pública de ensino tenham uma alimentação adequada, realizando duas refeições na escola. Dessa maneira poderemos combater a fome e, também, a evasão escolar, proporcionando às nossas crianças e adolescentes melhores chances de terem uma vida melhor para si e suas famílias.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 2023.


Deputado **LULA DA FONTE**
PP/PE





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Art.212	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988
LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009 Art.3º	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2009-06-16;11947

FIM DO DOCUMENTO